

Roberto Massao Chinen
Auditor Fiscal da Receita Federal
Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná

SIGILO BANCÁRIO E O FISCO

Liberdade ou Igualdade?

Curitiba

Juruá Editora
2005

347.734(81)
C539s

Chinen, Roberto Massao.

Sigilo bancário e o fisco./ Roberto Massao Chinen./ Curitiba: Juruá,
2005. 208p.

1. Sigilo bancário. I. Título.

ISBN: 85-362-1068-0 C539

CDD 346.08(22.ed) CDU 336.719.2

SUMÁRIO

PARTE I

SIGILO BANCÁRIO E DIREITOS INDIVIDUAIS

1- INTRODUÇÃO	13
1.1 Importância do tema	16
1.2 Objetivos e metodologia	17
2 - FUNDAMENTOS DO DIREITO AO SIGILO BANCÁRIO	21
2.1 Origens do sigilo bancário	21
2.2 Teorias sobre o fundamento do sigilo bancário	23
2.2.1 Teoria contratualista	24
2.2.2 Teoria consuetudinária	25
2.2.3 Teoria da responsabilidade civil	26
2.2.4 Teoria da boa-fé	26
2.2.5 Teoria do segredo profissional	27
2.2.6 Teoria do direito à intimidade	29
2.3 Estrutura do sigilo bancário	29
2.4 Direito comparado	31
2.4.1 Sigilo bancário na Suíça	34
2.4.2 Sigilo bancário na França	39
2.4.3 Sigilo bancário na Bélgica	44
2.4.4 Sigilo bancário nos Estados Unidos	45
2.4.5 Sigilo bancário na Argentina	47
2.4.6 Sigilo bancário em Portugal	49
2.4.7 Sigilo bancário na Espanha	52
2.4.8 Sigilo bancário debatido na OCDE	56
3 - O SIGILO BANCÁRIO NA LEGISLAÇÃO PÁTRIA	63
3.1 Introdução	63
3.2 Lei 4.595/64, arts. 1º e 38, § 5º	65
3.3 Código Tributário Nacional	68
3.4 Lei 8.021/90, art. 8º	71
3.5 Lei Complementar 70/91, art. 12	73
3.6 Lei Complementar 105/01 e Decreto 3.724/01	75
3.7 Constituição Federal de 1988	83
4 - A EXTENSÃO DA PROTEÇÃO DO DIREITO AO SIGILO BANCÁRIO	85
4.1 O Sigilo bancário e o sigilo de dados	85
4.2 O Sigilo bancário como direito à intimidade e privacidade das pessoas	87
4.3 O Sigilo bancário como direito da personalidade	92
4.4 O Sigilo bancário coberto pela reserva absoluta de jurisdição	95

4.5 Críticas às formulações doutrinárias e nossa posição: fundamento no direito à liberdade	100
--	-----

PARTE II

SIGILO BANCÁRIO E DIREITOS SOCIAIS

5 - FUNDAMENTOS DA RESTRIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	105
--	-----

5.1 Introdução	105
5.2 Distinção entre regras e princípios e o caráter principlológico dos direitos fundamentais	106
5.3 Restrições de direitos fundamentais direta e indiretamente constitucionais.	110
5.4 Tipos de reservas de lei	111
5.5 Restrição de direitos fundamentais sem reserva de lei: os limites iminentes	112
5.6 O fenômeno da colisão de direitos fundamentais	114
5.7 A solução para o problema da colisão: o princípio da proporcionalidade	117

6 - A PROTEÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA TRIBUTÁRIA	121
6.1 Introdução	121
6.2 A justiça do tributo	122
6.3 O Estado fiscal e o custo dos direitos	125
6.4 O princípio da isonomia Tributária	128
6.5 O princípio da capacidade contributiva	130
6.5.1 Origens do princípio da capacidade contributiva	131
6.5.2 Eficácia e conteúdo do princípio da capacidade contributiva	132
6.5.3 A faculdade de a administração tributária identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte	134
6.5.4 A efetividade do princípio da capacidade contributiva	139

7 - A CONSTITUCIONALIDADE DA QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO PELO FISCO	145
7.1 Introdução	145
7.2 A adequação da medida	149
7.3 A necessidade da medida	153
7.4 A proporcionalidade em sentido estrito	157
7.4.1 Introdução	157
7.4.2 Relevância do direito constitucional protegido	158
7.4.3 Garantias limitadoras da intervenção em direitos individuais	159
7.4.4 Intensidade da intervenção em direitos individuais	166

7.4.5 Liberdade ou igualdade?	171
8 - CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS	189
ÍNDICE ALFABÉTICO	201